

Janssen Murayama

O conceito de insumo no PIS/COFINS

Editora Lumen Juris
Rio de Janeiro
2015

Copyright © 2015 by Janssen Murayama

Categoria: Direito Financeiro e Tributário

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: José Roberto dos Santos Lima

Capa: Rogério Marçal

Ilustração da capa: Sandra Perna (contato@sandraperna.com)

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.

não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

M972c

Murayama, Janssen.

O conceito de insumos no PIS/COFINS / Janssen Murayama. - Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2014.

211 p. ; 23 cm.

Bibliografia: p. 173-199.

ISBN 978-85-8440-118-5

1. Direito tributário - Brasil. 2. Incidência de impostos - Brasil. 3. PIS.
4. COFINS. I. Título.

CDD - 343.8104

SUMÁRIO

PREFÁCIO	1
INTRODUÇÃO	5
1. JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA.....	5
2. PLANO DE TRABALHO.....	12
PRIMEIRA PARTE: A NÃO-CUMULATIVIDADE DO PIS/COFINS.	15
1. A NÃO-CUMULATIVIDADE NO TEXTO CONSTITUCIONAL.....	15
2. A NÃO-CUMULATIVIDADE DO PIS/COFINS NO TEXTO CONSTITUCIONAL.....	24
3. PARÂMETROS DA NÃO-CUMULATIVIDADE DO PIS/COFINS.....	27
3.1. Obediência aos princípios constitucionais em geral.	27
3.2. Observância do núcleo de materialidade constitucional do PIS/COFINS.....	32
3.3. Respeito à finalidade que justificou a criação desta sistemática.	35
SEGUNDA PARTE: O CONCEITO DE INSUMO.	41
1. O TERMO “INSUMO”.	41
1.1. Insumo como qualidade do bem ou serviço.....	41
1.2. Insumo como conceito jurídico indeterminado.	44
2. O INSUMO NA VISÃO CONSUMERISTA.	46
2.1. Considerações iniciais.....	46
2.2. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ).....	48
2.3. Precedentes do Supremo Tribunal Federal (STF).....	56
2.4. Síntese conclusiva.....	57
3. O INSUMO NO IPI.....	58
3.1. Breves considerações sobre o insumo no IPI.....	58
3.2. O insumo no IPI e o insumo no PIS/COFINS.....	62
4. O INSUMO NO IRPJ.....	64

4.1. Breves considerações sobre o insumo no IRPJ.....	64
4.2. O insumo no IRPJ e o insumo no PIS/COFINS.....	68
TERCEIRA PARTE: O CONCEITO DE INSUMO NO	
PIS/COFINS	73
1. O INSUMO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	73
2. O INSUMO NA VISÃO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB).....	75
3. O CONCEITO DE INSUMO PROPOSTO.....	78
3.1. O conceito de insumo.....	78
3.2. Parâmetros para a definição da zona de certeza positiva do conceito de insumo.....	80
3.2.1. Custos.....	81
3.2.2. Elemento obrigatório por lei.....	82
3.2.3. Energia, Telecomunicações e Água.....	84
3.3. Parâmetros para a definição da zona de incerteza do conceito de insumo.....	88
3.3.1. Setor econômico de atuação.....	89
3.3.2. Objeto da atividade.....	91
3.3.3. Modo de exercício da atividade.....	92
3.4. Parâmetros para a definição da zona de certeza negativa do conceito de insumo.....	96
3.4.1. Exclusões previstas em lei.....	97
3.4.2. Presunção relativa de insumo.....	99
3.4.3. Interpretação restritiva.....	100
4. O INSUMO NAS SOLUÇÕES DE CONSULTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB).....	101
4.1. Precedentes sobre insumos da atividade industrial.....	102
4.2. Precedentes sobre insumos da atividade comercial.....	106
4.3. Precedentes sobre insumos da atividade prestadora.....	107
5. O INSUMO NAS SOLUÇÕES DE DIVERGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB).....	114
6. O INSUMO NOS PRECEDENTES DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS (CARF).....	118
7. O INSUMO NOS PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS.....	135

7.1. Precedentes do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1).....	135
7.2. Precedentes do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2).....	137
7.3. Precedentes do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3).....	140
7.4. Precedentes do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4).....	148
7.5. Precedentes do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5).....	152
8. O INSUMO NOS PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	158
9. O INSUMO NOS PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	164
CONCLUSÃO	167
REFERÊNCIAS	173